



São Paulo

Cr\$ 500

Eleições para prefeito:

É hora de ir prá rua



Tarcísio Geraldo Faria

Desde o começo deste mês, o Diretório Estadual já está tomando as providências para colocar o PT na rua, na campanha para a prefeitura de São Paulo. Está sendo formado um Comitê Diretivo, sustentado por organismos vinculados à base, com a tarefa de dirigir unificadamente a campanha do partido. Além disso, serão realizadas nas próximas semanas reuniões setoriais, para a formação dos sub-comitês de finanças, comunicação e mobilização, entre outros. Também está sendo preparado um programa de TV estadual, para ir ao ar no dia 5 de agosto. Pág. 3.

Ninguém pode faltar nestes encontros

O sucesso da campanha do partido para as eleições de São Paulo depende, em grande parte, da mobilização para os encontros distritais, que serão realizados dia 16, na capital. Nesta oportunidade, os filiados deverão discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: Conjuntura e Tática Eleitoral; Plataforma de governo para São Paulo; Renovação dos diretórios; Eleição do Conselho Político da Capital; Escolha do candidato a prefeito e a vice à prefeitura de São Paulo. A presença de todos os filiados é indispensável para que o partido possa se armar, na plenitude de suas forças, para uma difícil campanha eleitoral. A mesma coisa pode-se dizer do Encontro da Capital, que será

realizado nos dias 28, 29 e 30 de junho, na Escola Estadual Santa Rita de Cássia (R. Baltazar Lisboa, 87 — Vila Mariana). Lá, além de escolher os nossos candidatos a prefeito e vice, vamos votar uma plataforma para São Paulo e eleger o Conselho Político da Capital.

O calendário do PT se completa com a realização dos encontros municipais, no dia 30 de junho, e do Encontro Estadual nos dias 24 e 25 de agosto. Nesta ocasião, além de renovar as direções de nossos diretórios, vamos rediscutir a política do partido para o novo momento político, abordando temas cruciais como a campanha da Constituinte, a luta contra o autoritarismo e a política econômica do governo.

GERAL

Vereadores jogam pesado no caso dos "marajás"

A bancada de vereadores do PT tem tido uma atuação decisiva na apuração, esclarecimento e solução das irregularidades existentes na Câmara Municipal de São Paulo. Tanto o vereador Cláudio Barroso, membro da Mesa Diretora, como a vereadora Luísa Erundina, líder da bancada, assim como os vereadores João Carlos Alves, Ireda Cardoso e Teresa Layolo, não apenas apontaram as irregularidades para a opinião pública, mas tem apoiado todas as medidas que visam saná-las.

No caso dos funcionários privilegiados, os chamados "marajás" da Câmara, que estavam recebendo salários mensais de até Cr\$ 36 milhões, a bancada do PT não colocou panos quentes no escândalo e exigiu da Mesa Diretora, em ofício do dia 15 de abril, as seguintes medidas:

"1 — Suspensão imediata de pagamentos feitos indevidamente; 2 — Efetivação de medidas administrativas e judiciais que objetivam promover a indispensável reposição das quantias pagas de maneira indevida e ilegal, a títulos de remuneração, nos últimos anos".

Na verdade, esses funcionários (ao todo 69) se tornaram privilegiados porque ao longo de vários anos conseguiram incorporar aos seus salários algumas vantagens e benefícios que não existem para os demais funcionários municipais. Além disso, os critérios utilizados para os cálculos dos vencimentos (computando-se o salário-padrão, tempo de serviço e vantagens) favoreciam de maneira irregular a elevação dos salários.

Essas irregularidades vinham sendo acobertadas pelas mesas diretoras

anteriores, já que entre os funcionários privilegiados se encontram os protegidos políticos de vereadores antigos e também porque os privilegiados ocupam os principais postos da Câmara Municipal e controlam o funcionamento não apenas das atividades dos vereadores, como também os departamentos diretamente vinculados às irregularidades (Contabilidade, Pessoal e Jurídico).

No ofício que encaminhou à Mesa, a bancada do PT afirma que "tem procurado denunciar todos os atos de gestão do parlamento paulistano contrários ao interesse público". Devido a essa pressão e às denúncias divulgadas na imprensa, a Mesa da Câmara decidiu adotar medidas para reparar as irregularidades e para repor aos cofres públicos o dinheiro pago ilegalmente.

A bancada do PT também denunciou e se posicionou contrariamente à compra de telefones para veículos e de secadores elétricos de mão, realizadas pelo presidente anterior da Câmara, vereador Altino Lima, do PMDB. Denunciou ainda o uso indiscriminado do dinheiro público na compra e distribuição de dezenas de baixelas de prata, a título de presente, feita também pelo ex-presidente Altino Lima.

Se não fosse a presença decisiva dos vereadores do PT, na Câmara Municipal, é quase certo que todas essas irregularidades continuariam existindo ou seriam simplesmente abafadas. E o povo de São Paulo continuaria sendo enganado por quem não tem qualquer compromisso com a luta popular.

Vereadores contra aumento de tarifa

Quando ocorreu o último aumento nas tarifas dos transportes coletivos na capital, vários vereadores deixaram registrados seus protestos contra o aumento, alertando para o fato de que isso prejudicaria a maioria dos usuários.

Entretanto, na última semana, quando foi a plenário o parecer da Comissão de Justiça e Redação que considerou ilegal o projeto da vereadora Tereza Lajolo que determinava que as tarifas só poderiam ser reajustadas quando houvesse reajuste do salário mínimo, esses mesmos vereadores votaram favoravelmente ao parecer da Comissão e contra o projeto. Dos vereadores presentes, apenas a bancada do PT e dois vereadores do PMDB votaram contra o parecer da Comissão.

Isso determinou o arquivamento do projeto e a continuidade de uma política que só atende à sede de lucro dos empresários dos transportes e sacrifica, cada vez mais, usuários e condutores.

Na ocasião, a vereadora mais uma vez se manifestou para observar que o parecer da Comissão é improcedente, pois o projeto não trata de matéria financeira. "O que ele faz é fixar parâmetros normativos para o reajuste tarifário, sem determinar o preço da tarifa". Segundo ela, a questão é política e não jurídica, e só demonstra a opção que a prefeitura do município fez a favor dos empresários, e em detrimento do conjunto da população.

NOTAS

• O deputado Paulo Frateschi apresentou moção ao Presidente da República, solicitando a alteração da Legislação sobre as desapropriações, para que as indenizações aos proprietários de um imóvel ou de pequenas áreas rurais sejam pagas antes das grandes latifundiárias. Segundo o Deputado, a atual legislação não segue um princípio social, incoerente com a política proposta pela Nova República, ou seja, conceder prioridade aos mais carentes.

• O líder da bancada, Geraldo Siqueira, encaminhou proposta de Emenda à Constituição, através da Mesa da Assembléia, estabelecendo que na prestação de Contas do Governo do Estado sejam incluídas as despesas com as autarquias, empresas públicas e de economia mista.

Uma das justificativas é de que o orçamento da CESP é maior que a de muitos Estados brasileiros. Para ele, o dinheiro público está sendo aplicado sem controle do Legislativo, que precisa retomar suas funções.

• No dia 04 de junho, encerra-se o prazo para a desapropriação das áreas destinadas à construção de usinas nucleares, no município de Iguape. Assim, o deputado Geraldo Siqueira exigiu do Governo do Estado o tombamento desta região, logo no dia 05, para que a riqueza ecológica seja preservada. Ressalta também que a área faz parte de um complexo lagunar considerada pela ONU como uma das três mais importantes do mundo em produtividade de marinha, essencial para o ciclo de vida no Atlântico Sul.

• Em Itaquaquecetuba, nas manifestações do 1º de maio, a polícia do "governo democrático" deu mais uma demonstração de abuso de poder, autoritarismo. Não bastasse as constantes

denúncias de suborno e corrupção.

Foi numa missa campal promovida pela Pastoral Operária da cidade por conseqüências das comemorações do dia do trabalho, onde um pequeno tumulto de populares deu pretexto para alguns PMs partirem para a agressão a militantes petistas que ali estavam distribuindo panfletos da CUT.

"Desde o início do ato religioso recebíamos todo tipo de provocação por parte de PMs" afirma Amauri, presidente do PT local, "quando surgiu o tumulto e fomos tentar apaziguar os ânimos, eles aproveitaram o ensejo e..." concluiu.

Jeferson Silva, tesoureiro do partido, chegou inclusive a ser agredido fisicamente não só por um PM, mas pelo próprio delegado da cidade de que, segundo Amauri, voltou-se contra eles gratuitamente dando a entender que já estava tudo premeditado para o ato repressivo.

• Uma consulta aos filiados, esta a fórmula encontrada pelos diretórios distritais da região de Santo Amaro, para aprovar uma posição sobre a emancipação política da região, que será decidida num plebiscito, em setembro próximo. Os diretórios realizaram um Seminário nos dias 25 e 26 de maio, trazendo lideranças políticas e populares para debater o tema da autonomia. Mas, quando da discussão específica, limitada aos militantes petistas, houve votação que surpreendentemente terminou empatada.

Entre os vários problemas que têm preocupado os companheiros de Santo Amaro no que se refere à autonomia, está a pouca adesão popular recebida pela proposta até o momento, o que, em certa medida, também se estende ao próprio partido. Com base no resultado da consulta, o Diretório Regional tomará uma posição definitiva sobre o tema no dia 22.

Municipais marcam greve para dia 18



Tarcísio Geraldo Faria

Depois do dia 16 de Maio, ocasião que os servidores municipais realizaram um dia de paralisação com presença massiva diante do gabinete do prefeito, a assembléia do dia 25/5 deliberou o dia 3/6 a data para nova paralisação quando cerca de 6000 servidores decidiram pela proposta de greve por tempo indeterminado, a partir do dia 18/6, caso não sejam atendidas as suas reivindicações. A greve será precedida de uma assembléia no dia 16 de junho às 14h para avaliação do movimento. No dia 11/6 haverá uma concentração em frente à Câmara Municipal às 14h, para pressionar os vereadores a votarem em favor do movimento.

nado, a partir do dia 18/6, caso não sejam atendidas as suas reivindicações. A greve será precedida de uma assembléia no dia 16 de junho às 14h para avaliação do movimento. No dia 11/6 haverá uma concentração em frente à Câmara Municipal às 14h, para pressionar os vereadores a votarem em favor do movimento.

Moradores de SBC dão exemplo

Os moradores da região do Grande Alvarenga, em São Bernardo do Campo, estão dando um bom exemplo sobre como a população, se organizada, pode arrancar conquistas das administrações municipais, mesmo as mais insensíveis. Abandonados pelos prefeitos que se sucederam em São Bernardo nos últimos anos, que nunca se "lembraram" de construir na região obras indispensáveis do ponto de vista social, como creches, postos de saúde, urbanização de favelas e tratamento de esgotos, os moradores do Grande Alvarenga arregaçaram as mangas e partiram para a luta.

O primeiro passo foi a realização, em fevereiro, de uma grande assembléia re-

gional, onde compareceram cerca de mil pessoas, que aprovou uma pauta de reivindicações, e constituiu o "Conselho Popular da Região do Grande Alvarenga". Recentemente, no dia 25 de maio, outra etapa da luta foi cumprida: o prefeito foi convocado para informar sobre o atendimento das reivindicações. Embora o prefeito tenha se comprometido a atender os moradores, a coisa não parou por aí: dia 14, às 17h, os moradores do Grande Alvarenga compareceram ao seu Gabinete, acompanhados do vereador José Ferreira, para cobrar a remoção das favelas da região — instaladas em locais insalubres — para uma área da prefeitura já urbanizada.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias. **Secretário de Redação:** Gilberto Penha de Araújo. **Equipe de edição:** Paulo Costa, Dernal Santos, Diógenes Marcelino e Fernando Jorge. **Redação:** Marcos Pereira da Silva, Tarcísio Geraldo Faria, Paulo Eleotério, Marisa Mello, João Caetano, Jeferson Ribeiro, Maria Valéria, Maristela Maffei, Sonia Nadalin, Lígia Maria Cruz, Silvio Caccia

Bava, Marcos de Oliveira, Cleide Sanches Rodrigues e Sérgio dos Santos. **Diagramação:** Nando Borges. **Revisão:** Celso Fonseca. **Composição e Impressão:** Cia. Editora Jorúes. Rua Arthur de Azevedo, 1977 - Fone: 815-4999 - São Paulo. **Endereço:** Rua Santo Amaro, 582 — Bela Vista - São Paulo - Capital - Fones: 37-7521 ou 37-7522.

Orçamento para 85

O Diretório Regional aprovou, em maio, o orçamento do partido para 85, conforme proposta apresentada pela Tesouraria. Houve, desta vez, uma discussão detalhada do assunto, com os membros do DR fazendo sugestões sobre a necessidade de se ampliar a participação das contribuições dos diretórios, núcleos e militantes individuais na composição do total da receita. Isso para que haja uma diminuição proporcional da porcentagem das contribuições dos parlamentares que,

será de 60% do total. Uma das propostas apresentadas para a concretização deste objetivo foi o cadastramento de 30% dos filiados do PT, que passariam a receber o PT São Paulo e outros materiais produzidos e, em contrapartida, contribuiriam regularmente com o partido. Outra linha de sugestões, inclui a necessidade de se vincular de maneira mais intensa a arrecadação financeira a objetivos políticos, o que, aliás, será feito com relação ao programa de TV.

Participação em primeiro lugar

Com o apoio dos demais candidatos a candidatos do PT ao seu nome (veja abaixo a nota do Diretório Estadual), Eduardo Matarazzo Suplicy transformou-se no virtual candidato do partido à prefeitura de São Paulo. Nesta entrevista ao repórter Tarcísio Faria, ele fala das prioridades do partido e de seus planos para a prefeitura de São Paulo.

Com a decisão do D.R. você praticamente se tornou o candidato do partido à Capital.

Quais as suas prioridades?

Minhas prioridades são as do partido, a serem definidas no Encontro da Capital, juntamente com o nome do candidato. Mas posso adiantar que a prioridade do PT será tornar a administração transparente aos olhos dos munícipes, devolvendo-lhes a cidadania plena; através de sua participação, não apenas na hora de votar no prefeito, mas sobretudo, decidindo sobre a utilização dos recursos disponíveis. No orçamento de 85 estão previstos recursos da ordem de aproximadamente Cr\$ 500 a Cr\$ 700 mil por habitante — recursos que são arrecadados de nós mesmos, mas jamais nos é dado o direito de participar da decisão de como utilizá-los. Temos ainda o compromisso de resgatar a dívida social, contraída ao longo de nossa história desde os tempos da escravidão, até nossos dias: segundo dados colhidos nas visitas que estamos realizando aos órgãos públicos do município, atualmente mais da metade da população vive em péssimas condições de habitação, transportes e educação — em níveis abaixo de uma média compatível com uma cidade que é a mais rica do país, e possui uma renda per-capita equivalente à de países desenvolvidos.

Fazer o quê?

O PT realizou em março e abril passados um Seminário de Alternativas Políticas para a Capital, que trouxe algumas idéias e experiências para o conjunto do partido discutir, e que serão definidas no Encontro da Capital, como por exemplo o detalhamento de uma antiga proposta do partido — os conselhos populares. A idéia é que sejam eleitos junto com os administradores regionais, e que tenham caráter deliberativo. Essa proposta nos coloca o desafio de governarmos com possíveis administradores regionais não vinculados ao partido, desafio que nos propomos e aceitamos. Quanto à questão da administração pública em si, é bom dizer que o partido já tem alguma experiência com Diadema, reconhecemos os erros cometidos,



Eduardo Suplicy

mas temos dado exemplos significativos, como no setor de transportes onde fomos a primeira administração a fazer valer de fato a participação de usuários, motoristas e cobradores, empresários e a própria prefeitura; na questão da urbanização das favelas, nas visitas que realizei, considero incomparável o trabalho realizado lá e o implantado aqui na capital; e atualmente estão discutindo o orçamento municipal em 18 bairros. Precisamos deixar claro: nós temos propostas viáveis que não tem o devido espaço nos meios de comunicação, devido aos interesses que estes representam.

Agora como resolver todos estes problemas com o atual orçamento?

Em primeiro lugar, é preciso uma reforma tributária. Pois não é possível que o BNH, por exemplo, que é um banco social, envie a S.Paulo apenas 2% de seu orçamento. Precisamos rever também a questão dos impostos, pois os que hoje existem, não são justos, ricos e pobres sofrem a mesma carga tributária. Quanto à transparência administrativa, significa que vamos junto com a população diagnosticar as necessidades, seus custos e os recursos que dispusermos para decidirmos — administração e munícipes — onde e o que realizaremos em primeiro lugar.

Como você vê a tática eleitoral do PT? O partido pode se coligar?

Veja, o PT defende as eleições em dois turnos como uma forma mais democrática de eleições; isto porque elas possibilitam aos partidos se apresentarem

com suas próprias idéias, sem cairmos no discurso do voto útil, que prega o mal menor. Nos dois turnos, caso nenhum candidato obtenha a maioria (50% + 1) teríamos então o outro escrutínio, apenas entre os dois primeiros colocados, o que abre perspectivas de coligações.

O Sr. Jânio Quadros tem dito que a postura do PT é oportunista, é?

Não, a posição do PT não é apenas para essas eleições, é uma proposta de aprimoramento da sociedade, no caminho da construção da democracia de fato. Também é preciso esclarecer que estamos discutindo nossas propostas políticas, por que as consideramos alternativas que possibilitam criar uma oposição mais consequente; nunca negociaremos em cima de cargos. Mas o combate que o Sr. ex-presidente faz a nossa proposta é por falta de confiança em suas possibilidades nessa forma de eleição, e também pela própria experiência de seu partido, o PTB. Afinal, não foram eles que negociaram com o governo o apoio ao decreto 2065 (lei salarial) por cargos na COBAL, que deveria ser administrada com a maior seriedade, mas que virou um antro de corrupção? Aliás, falando em corrupção, eu pergunto ao candidato do PTB: se ele se dispõe a eliminá-la, como este pode então aceitar o apoio do Sr. Delfim Neto, figura por demais conhecida de todos nós?

E os outros candidatos? O PMDB, por exemplo?

Bem, eles ainda não estão totalmente definidos, mas creio que o PMDB, nosso principal adversário, caso fosse realmente um partido democrático, deveria realizar prévias, como fariamos nós se tivéssemos diversos postulantes e candidatos como eles. Talvez nos confrontemos com o senador Fernando Henrique Cardoso, com quem tivemos grande afinidade durante a campanha de 78, mas os compromissos assumidos pelo senador e seu partido, os afastou daqueles postulados que defendíamos. Não apenas eu, mas diversos companheiros, até o próprio Lula...

Uma campanha para fortalecer o PT

Há cinco meses das eleições nas capitais — cuja importância é desnecessário ressaltar novamente —, o PT de São Paulo toma uma série de iniciativas para sair na frente na campanha. E cuida para que esta, afinal, resulte num saldo positivo para o avanço das conquistas, da organização dos trabalhadores e para a consolidação da proposta partidária.

Assim é que, dando sequência às propostas formuladas no Seminário de Alternativas Políticas para o Município de São Paulo, caminhamos hoje para a definição, no Encontro da Capital, de uma plataforma de governo e de um plano de lutas. Com o programa de governo, abrimos possibilidades para melhorar as condições de vida do povo e para estimular sua organização, contribuindo desse modo para alterar a nosso favor a correlação de forças na sociedade. Articulado à plataforma de governo, temos o plano de lutas, que, partindo da situação atual dos movimentos sociais, estabelece objetivos para se modificarem as condições atuais, de sorte a tornar viáveis as reivindicações que, de imediato, não o são.

Munido de um amplo diagnóstico crítico sobre a capital e a administração Covas-Montoro, mas também trabalhando com um amplo leque de propostas alternativas, o PT, portanto, vai apresentar-se aos eleitores como um partido que não apenas está credenciado a governar, mas que aspira ao poder para realizar seu projeto de transformação global da sociedade. Além disso e diferentemente de outros partidos —, o PT parte para a disputa unido em torno de uma candidatura consensual, representativa das bases e com receptividade junto a todos os setores da população. Finalmente, deverá sair do Encontro da Capital com uma direção (o Conselho Político) capaz de fortalecer o partido e de impulsionar a campanha eleitoral, fazendo com que ela se ramifique desde o Comitê até as vilas e bairros da periferia.

A tática, as formas e o ritmo da campanha deverão ser definidos no Encontro e conduzidos pelo Comitê Diretivo. Desde já, porém, é importante deixar claro que o PT terá de fazer uma campanha ampla, aberta, massiva e de lutas e que encare a participação eleitoral como uma via para impulsionar o poder popular no âmbito metropolitano. Nesse contexto, é tarefa inadiável dos militantes petistas pôr-se a campo para travar o debate de nossas propostas com a população, recolher suas demandas e organizá-la não somente para o momento das eleições, mas para que possa influir e participar, conscientemente, da política e do poder.

Não será fácil darmos conta de todas as tarefas. Até porque, do jeito como entendemos a campanha eleitoral, teremos de ser capazes de combiná-la com as lutas sociais, que nos cabe politizar. Será necessário, ainda, garantir sua articulação com o processo de afirmação do PT, que prossegue. E, inclusive, será preciso considerar que as eleições da capital (e num certo sentido também as das cidades consideradas áreas de segurança nacional) se constituirão num primeiro julgamento do governo da Aliança Democrática e das forças que lhe dão sustentação local.

Cabe ao PT, portanto, nesta conjuntura, enfrentar e vencer o desafio de, no plano eleitoral, alcançar uma base de apoio para continuar combatendo os planos de se estabelecer no país, através de uma Constituinte fajuta, um simulacro de democracia. Frente à continuidade da política econômica recessiva e de submissão ao FMI; contra o voto útil com que o PMDB mais uma vez acena para a população; em oposição radical aos projetos direitistas do velho populismo janista, o PT oferece sua proposta de construir uma alternativa popular, aberta a todos os setores e forças políticas que se opõem à transição conservadora em curso.

Rui Falcão

Diretório encaminha Suplicy

“Após dois meses de intensos debates nos diretórios, entre companheiros que pleiteavam a indicação do PT para concorrer à Prefeitura de São Paulo, o Diretório Estadual constata hoje que o quadro partidário é de coesão interna e de avanço na formulação de uma plataforma alternativa de governo e na elaboração de um plano de lutas.

“Nesse período, o PT se fortaleceu, ampliou o debate interno através do livre confronto de idéias entre candidatos e filiados e, graças a este clima democrático, consolida agora a unidade partidária para o embate eleitoral de 15 de novembro. Esta unidade, em termos de candidatura, se expressa hoje na pessoa do companheiro deputado fe-

deral Eduardo Suplicy.

“Apontado com destaque nas pesquisas de opinião, antes mesmo de submeter seu nome à apreciação do partido, o companheiro Suplicy torna-se agora — em virtude de sua combativa militância, de sua competente atuação parlamentar e de seu inquestionável prestígio junto às bases da Capital — candidato de consenso também dos que, como ele, foram indicados por diretórios e núcleos para disputar as prévias do PT. Consultados pela Executiva Estadual na última semana, os companheiros Hélio Bicudo, Irma Passoni, Luiza Erundina e Plínio de Arruda Sampaio — todos com amplo trânsito no partido e em condições de postular a Prefeitura

— hipotecaram irrestrito apoio à candidatura do deputado Suplicy.

“Diante deste fato, e considerando que acaba de expirar o prazo para inscrição de candidatos à consulta, sem que outra candidatura se apresentasse além da do companheiro Suplicy, o Diretório Estadual decide suspender a prévia do dia 16 de junho. E resolve encaminhar ao Encontro da Capital, o qual também deverá indicar o candidato do partido a vice prefeito, para manifestação soberana dos delegados, o nome do companheiro Eduardo Suplicy como candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, sem prejuízo de outras indicações, a partir dos Encontros Distritais do dia 16.06.”

SINDICAL

Uma nova lei contra a greve

Repressão impediu vitória de carteiros

O que deve conter uma boa "Lei de Greve"? Para um grupo de advogados trabalhistas, que preparou uma contribuição sobre este tema para o Diretório Nacional do PT, uma "boa" lei de greve, a rigor, não deve conter muita coisa; apenas o reconhecimento do direito inalienável dos trabalhadores de suspenderem o trabalho quando assim o desejarem, para defender os seus interesses. Com base neste ponto de vista, aliás, endossado amplamente pelo movimento sindical combativo, os advogados elaboraram um conjunto de críticas, muito precisas, ao anteprojeto da "Lei de Negociações Trabalhistas", preparado pelo Ministério do Trabalho, a pedido do presidente Sarney, para ser encaminhado ao Congresso Nacional. Aqui, apresentamos resumidamente algumas destas críticas:

- Pelo anteprojeto, a legalidade das greves continuará sendo julgada pela Justiça do Trabalho, o que é a mesma coisa que acontece hoje. Se o trabalhador for obrigado a aceitar as decisões da Justiça do Trabalho, porque não aceitá-la antes de ir à greve?

- Não há o reconhecimento da

greve como um direito de exercer pressão em defesa de interesses legítimos. Continua, portanto, a Justiça do Trabalho com poderes para decidir sobre o que são os direitos dos trabalhadores.

- Os acordos coletivos passariam a ter vigência mínima de 1 ano. Esta é, aliás, uma das reivindicações do patronato feita durante a greve dos metalúrgicos do Grupo do Independente. Ela tem o objetivo de impedir as greves pipoca que acontecem durante o ano, na vigência do acordo. Com o seu anteprojeto, o governo atendeu o patronato.

- Caracteriza o bloqueio ou interrupções de acesso ao local de trabalho como falta grave. Neste ponto, é pior que a lei de greve atual, que permite o piquete pacífico.

- Para a deflagração da greve, o anteprojeto impõe quórum altíssimo de 2/3 ou 1/8 para entidades sindicais com mais de 5.000 trabalhadores. O objetivo claro é inviabilizar greves em categorias muito grandes, até porque seria impossível, por exemplo, constatar a presença de 50 mil trabalhadores em uma assembleia determinada.

- Amplia, na prática, as determinações do decreto-lei nº 1632, que

atualmente proíbe greves em atividades consideradas essenciais. Faz isso incluindo entre as atividades proibidas, os serviços relativos à produção, comercialização e transportes de combustíveis, de produtos perigosos, perecíveis, inflamáveis e explosivos. Com esta formulação, o anteprojeto permite o enquadramento de categorias como a dos químicos, extração e distribuição de derivados de petróleo, alimentação e até canavieiros.

O projeto do PT

Para fazer frente às manobras do governo, que deseja continuar impedindo o direito de greve, como pudemos constatar acima, o deputado federal Djalma Bom, líder do PT na Câmara, já apresentou àquela casa, no dia 2 de abril último, um projeto que simplesmente revoga a Lei de Greve nº 4330, herdada da ditadura, e o Decreto-Lei nº 1632, que impede a paralisação em atividades essenciais. Na justificativa que acompanha o seu projeto, Djalma deixa bem claro que trabalhador não precisa de lei de greve, como a de Sarney, pois a greve é apenas um direito a ser reconhecido.

Secretaria da Educação leva a pior na Apeoesp

A chapa "Apeoesp Faz", encabeçada pelo professor Gumercindo Milhomem Neto, e apoiada pela maioria absoluta dos militantes petistas, ganhou as eleições para a diretoria da Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, obtendo 15 mil votos — 55% do total. As eleições da entidade realizaram-se no dia 31 de maio, registrando-se 27 mil votantes na capital e interior do Estado, o que representou 66% dos associados em condições de voto. A chapa "Apeoesp Presente", composta por militantes do PMDB e apoiada ostensivamente pela estrutura da Secretaria da Educação, ficou em segundo lugar, com 32% dos votos, e em terceiro, a chapa "Alternativa", identificada com os militantes da Convergência Socialista, com 9%.

A vitória da chapa "Apeoesp Faz" representou, na verdade, um endosso dos professores da rede oficial do Estado ao trabalho que já vinha sendo realizado pela entidade nos últimos anos, e que se caracterizou, sobretudo, por uma posição combativa diante da Secretaria da Educação. Vários de seus integrantes compuseram a sua diretoria anterior, responsável por um amplo processo de mobilização do professorado, que resultou numa grande greve vitoriosa no ano passado. Entre os principais pontos da plataforma da chapa "Apeoesp Faz" alinham-se reivindicações salariais, como o reajuste trimestral e a reposição das perdas desde o início do go-



verno Montoro, além de lutas por interesses funcionais e educacionais da categoria. A chapa também defendeu a continuidade da filiação da Apeoesp à CUT e o fortalecimento desta importante entidade dos trabalhadores brasileiros.

A luta não pára

Apesar da campanha das chapas para a eleição da Apeoesp, a luta dos professores da rede oficial não parou. Após realizarem um ato público com mais de 7 mil presentes no dia 11 de maio, em São Paulo, os professores fizeram uma greve de três dias, e podem parar novamente, a qualquer momento, já que a maioria de suas reivindicações não foi atendida pelo governo Montoro.

Apenas um abono, de 25%, foi anunciado até agora.

Os professores vêm se mobilizando desde novembro do ano passado, e só paralisaram as suas atividades, em maio, devido à intransigência do governo estadual que, diante da apresentação da pauta de reivindicações dos professores, não chegou nem mesmo a fazer uma contra-proposta. Nesta pauta, os professores pedem 47,7% de aumento (trimestral + reposição das perdas desde o início do governo Montoro); incorporação da 2ª classe/jornada integral, para efeito de aposentadoria em 36 meses; reestruturação da jornada (base-completa-dobrada); não punição dos grevistas, pagamento dos dias parados e não reposição das aulas.

A partir de 1982, cansados do esquema ditatorial que a diretoria da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) impunha desde 1979, os funcionários dos Correios romperam com o silêncio e, pela primeira vez, saíram às ruas, protestando, reivindicando e tomando uma posição diante da situação a que estavam submetidos. O movimento culminou com as greves realizadas pela categoria neste ano, sendo que a última paralisou os serviços da empresa por 13 dias.

"No início, foi muito difícil", diz José Américo Queiroz — o "Alemão" —, vice-presidente da Acetesp — Associação dos Correios e Telégrafos do Estado de São Paulo. "Nós tínhamos muito medo de sermos mal-interpretados pela diretoria da empresa. Bastava algum companheiro protestar, para ser enquadrado ou imediatamente despedido", lembra.

Por ocasião do movimento das "diretas-já", a categoria, ainda organizada timidamente (somente na Zona Oeste), saía em direção ao Vale do Anhangabaú. "Éramos 30 companheiros, e estávamos na clandestinidade, porque sabíamos que despediam funcionários por simples suspeitas", conta Alemão. Naquela época, essa pequena demonstração de organização teve enorme repercussão e foi o bastante para que a categoria se unisse cada vez mais. Outras regiões e cidades também aderiram ao protesto.

Edvaldo Dias de Oliveira, um dos líderes do comando de greve, lembra que no final de 1984 a repressão ainda era muito grande. "Mas nós não nos assustamos e, no início de 85, partimos para a primeira greve", conta. Nessa primeira paralisação, 100% da categoria aderiu ao movimento, em todos os dias. Os mesmos 100% participaram, pelo menos nos cinco primeiros dias, da última greve, deflagrada no dia 9 de maio. "Depois o pessoal amoleceu", recorda Alemão.

O esvaziamento da greve se deu devido à atuação da Polícia Federal, que foi autorizada, pelo ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, a reprimir, bater e prender os grevistas. Não como em Guariba, na greve dos bóias-frias. No movimento dos Correios, a polícia bateu e prendeu apenas os piqueteiros e os líderes do movimento. "É a característica da Nova República — constata Alemão — o fato é que colocamos em xeque o quanto eles são democratas".

Na verdade, a greve mexeu com a Nova República. Fez com que o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, redigisse uma nova lei de greve, intitulada Lei das Negociações Coletivas. "Isso prova — continua Alemão — que eles têm medo de uma greve nacional. Para nós, embora as 43 reivindicações não tenham sido atendidas (as principais eram aumento real de 70% retroativo a abril e dois anos de estabilidade), consideramos a paralisação uma vitória" — e em assembleia, os funcionários da ECT decidiram voltar ao trabalho, mantendo, porém, a mobilização. "Ainda mais porque — conclui Alemão — agora, todos os carteiros do Brasil sabem de sua força."

Congresso da CUT com 883 delegados

Com a participação de 883 delegados, representando 77 entidades sindicais, realizou-se, em São Bernardo do Campo, nos dias 10, 11 e 12 de maio, no Sindicato dos Metalúrgicos, o 1º Congresso da CUT de São Paulo, fundada em abril de 1984.

Organizada a partir de congressos de base, através das CUTs Regionais — algumas em fase de estruturação — na Grande São Paulo, ABC e Vale do Paraíba, foi adotado o critério de eleição de delegados por categoria, utilizando-se um quadro de equivalência entre categoria e número de delegados.

Por se realizar num dos momentos mais importantes da vida política do país e das lutas dos trabalhadores, este 1º CONCURTO deliberou sobre relevantes questões, tais como: "Constituinte", "Postura dos trabalhadores e seus sindicatos com relação à crise; formas de avançar nas lutas iniciadas por categoria ligadas à CUT", mudanças da estrutura sindical, com alteração profunda na legislação, para garantia real da liberdade e autonomia sindical aos trabalhadores".

Foi eleita, também, a nova direção Estadual da CUT. A executiva ficou assim distribuída: Presidente — Jorge Coelho (Sindicato dos Químicos de SP), vice presidente — Felisberto Dela Valentina (Sind. Rural de Tupi Paulista), Secretário Geral — Osvaldo Bargas (Met. de SBC).

"Nossa campanha foi vitoriosa"

Esta, a conclusão de **Jair Meneguelli**, presidente nacional da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no encerramento do mais longo movimento grevista da história do país. **Redução da jornada de trabalho e trimestralidade — suas principais reivindicações — foram conquistadas em centenas de empresas.**

Com a aceitação, pelos trabalhadores da Ford de São Bernardo do Campo, de uma proposta semelhante à que fora aprovada no dia anterior pelos metalúrgicos da Volkswagen, chegou ao seu final, no último dia 3 de junho, o mais longo movimento grevista do país, que durou ao todo 54 dias. Na primeira etapa do movimento, paralisaram as atividades das indústrias de autopeças e fornecedoras de matéria-prima e, por fim, as montadoras, envolvendo 290 mil operários do setor, distribuídos pelas áreas de atuação dos sindicatos de São Bernardo e Diadema, Santo André, São José dos Campos, Taubaté, Sorocaba e Itu, e das oposições sindicais de São Caetano e Limeira — o chamado Grupo Independente.

Últimos a voltar ao trabalho, os metalúrgicos da Ford conquistaram antecipação salarial escalonada como forma de reposição dos dias parados, 90 dias de estabilidade ou salário, 100% do INPC para todas as faixas, 5% de produtividade e 100% sobre as horas extras trabalhadas. Não conseguiram obter redução da jornada de trabalho, a exemplo de seus colegas da Volkswagen, devido à incrível intransigência da montadora multinacional. Também voltaram ao trabalho dia 3, os 5.500

trabalhadores da Brastemp, de São Bernardo, após obterem redução da jornada para 44 horas semanais a partir de 1º de janeiro de 86 e uma antecipação salarial de 27,6% entre os meses de agosto e setembro.

"Nossa campanha foi vitoriosa" — afirma, fazendo um balanço geral do movimento, Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e da Central Única dos Trabalhadores — CUT. Para ele, além das conquistas obtidas em boa parte das fábricas, a luta dos metalúrgicos coloca definitivamente na pauta das reivindicações de todas as categorias profissionais a questão da redução da jornada de trabalho e a trimestralidade.

Com relação às demissões, Meneguelli afirma que este recurso sempre foi utilizado pelas empresas, mesmo fora do período de dissídio salarial. Segundo ele, o Sindicato de São Bernardo e Diadema tem dados que provam a demissão de 15 mil trabalhadores na área metalúrgica do ABC no ano passado.

ACORDOS

Durante o movimento foram firmados 79 acordos individuais entre os sindicatos e as empresas e um setorial, com o Sindipeças — beneficiando 60 mil metalúrgicos com a redução da jornada de trabalho e a adoção da trimestralidade. Restou ainda a intransigência da Associação Nacional de Veículos Automotores — Anfavea, sindicato patronal que coordena as multinacionais do setor automobilístico — que exigia o repasse dos índices da trimestralidade aos preços do produto final, além de reduzir a jornada de trabalho para 44 horas até agosto de 77, o que impedia, na prática, a retomada dessa reivindicação já nas negociações salariais daquele ano.

Estes não foram os únicos pontos de intransigência das multinacionais. Apoiados pela imprensa reacionária — O Estado de São Paulo, Visão, e Veja — que afirmaram constantemente os prejuízos da indústria e da economia nacional e que a greve desestabilizaria a "Nova República", as empresas jogaram com as demissões para obrigar o



Combatividade caracterizou as greves deste ano.

governo a liberar o controle do Conselho Interministerial de preços — CIP — sobre preços dos automóveis, que em 1984 aumentaram aproximadamente 40% acima da inflação.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy traça um perfil do crescimento da indústria automobilística nos últimos seis anos: de um faturamento de Cr\$ 119,8 bilhões em 1978, passou para Cr\$ 8 trilhões 880,2 bilhões. A divisão do valor de venda pelo número de empregados, representa um crescimento de 87,8 vezes no período, ao passo que o salário real do trabalhador do setor cresceu apenas 62,4 vezes — índice inferior à elevação do custo de vida, que foi de 63,6 vezes superior.

Outro importante dado econômico que precisa ser definitivamente desmentido é com relação ao salário médio dos metalúrgicos do ABC: 86,3% recebem abaixo da faixa de 3,5 salário mínimos (Cr\$ 1.165.420 cruzeiros) e 30% estão numa faixa inferior a três mínimos, ou seja, abaixo de um milhão de cruzeiros.

Estudos provam ainda que uma considerável parcela desses trabalhadores moram em favelas e cortiços na própria região do ABC e menos de 10% têm acesso aos bens que eles próprios produzem. Estes mesmos dados confirmam que em 1978 a indústria automo-

bilística empregava 121.188 trabalhadores. Em 1980 este número chegou a 131.169 e foi, ao final de 84 reduzido a apenas 102.272 trabalhadores, o que representa uma redução variável de 20 a 25% da mão-de-obra do setor.

"Nova República". Nova?

No dia seguinte ao encerramento do movimento grevista do ABC o governo iniciou estudos para autorizar o novo aumento para o setor automobilístico, provando a sua parcialidade no movimento grevista (obviamente, sempre em defesa do patronato e das multinacionais). Esta posição explica a impasividade diante das demissões impostas aos trabalhadores e a convivência com a violência policial utilizada na repressão ao movimento em diversos locais, além de não usar o poder de pressão para fazer com que os patrões negociassem com os sindicatos.

Em julho os trabalhadores voltam à mesa de negociações para debater a trimestralidade — as negociações de outros itens com várias áreas patronais e de um acordo com a Anfavea continuam, juntamente com a luta para que as empresas revejam as demissões que ocorreram durante a greve —, e dão uma prova que a mobilização continua forte e que novas paralisações poderão ocorrer até que os patrões e o governo abandonem a intransigência e aceitem as reivindicações dos trabalhadores.

Greves tiram carapuça da "Nova República"

As greves ocorridas no mês de maio, que envolveram mais de 700 mil trabalhadores somente no Estado de São Paulo, confirmaram a suspeita de que a autodenominada "Nova República" não é tão nova assim. Para manter os compromissos que assumiu com o patronato, o governo eleito pelo Colégio Eleitoral não vacilou em recorrer à repressão policial e à lei de greve, herdada da ditadura, para

tentar esvaziar os movimentos grevistas. Em São José dos Campos, por exemplo, mesmo após o fim do movimento, está perseguindo sindicalistas, tendo inclusive nomeado um delegado e um promotor especiais para punir os trabalhadores supostamente envolvidos na ocupação da General Motors.

Apesar de ter tentado travestir-se de conciliatória, através do Ministro

do Trabalho, Almyr Pazzianotto Pinto, a "Nova República" — e o governo Montoro em São Paulo — pôs a nu sua intenção de não realizar mudanças na política econômica ditada pelo Fundo Monetário Internacional — responsável pela recessão, desemprego e salários de fome. Veja ao lado, um quadro com a relação das principais greves do mês de maio no Estado de São Paulo.

Categoria	Duração	Parados	Conquistas
* Metalúrgicos Grupo Ind.	54 dias	290 mil	Redução na jornada de trabalho em várias empresas; trimestralidade, produtividade, 100% do INPC entre outras.
Canavieiros	05 dias	100 mil	Produtividade de 7%, estabilidade para acidentados e gestantes por 60 dias após a volta ao trabalho, trimestralidade parcial etc.
Laranjeiros	09 dias	12 mil	
Professores	03 dias	140 mil	não houve
Aeroviários e Aeronautas	04 dias	15 mil	Antecipação trimestral
Metroviários	01 dia	5,3 mil	Redução da jornada de trabalho em alguns setores do metrô; 4% de produtividade e 100% do INPC.
Func. na área de saúde	ainda em greve	25 mil	
Coureiros	3 dias	8 mil	Trimestralidade
Vidreiros	2 dias	3 mil	aumento real e trimestralidade.
Bancários/SP	1 dia de luta	2 mil	não houve
Motoristas/SP	1 dia	50 mil	não houve
Carteiros	13 dias	18,9 mil	pagamento da antecipação salarial conquistada na greve de março.

Neste quadro, as principais greves do mês de maio que paralisaram cerca de 700 mil trabalhadores em São Paulo.

INTERIOR

Gilson Menezes é absolvido na Justiça pela segunda vez

O prefeito Gilson Menezes, de Diadema, foi absolvido pelo Poder Judiciário, em fins de maio, do processo movido pelo então presidente da Câmara Municipal, José Rocha (PMDB), no qual era acusado de ter autorizado a realização de obras na Avenida Fábio Eduardo Ramos Esquivel, sem a devida concorrência pública. Também a Procuradoria Geral da Justiça de São Paulo decidiu arquivar 38 pedidos de Ação Direta de Declaração de Inconstitucionalidade formuladas pelo mesmo vereador peemedebista, através do advogado Amadeu Garrido, alegando ter o prefeito criado cargos e funções públicas mediante decretos, sem consultar o Legislativo.

No primeiro processo a Justiça entendeu que as obras da Fábio Esquivel foram executadas em caráter de urgência, já que outros desmoronamentos poderiam ocorrer, o optou pela absolvição. No caso dos 38 pedidos de Ação Direta a Procuradoria da Justiça definiu pelo arquivamento declarando que "tal prática é bastante corriqueira, inclusive no Estado de São Paulo".

Em verdade, o prefeito petista tem enfrentado sucessivos processos desde sua vitória nas eleições de 1982, quando o PMDB impetrou recurso junto ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo a recontagem dos votos do prefeito eleito pelo PT. Na ocasião, o Tribunal acabou negando, por unanimidade, provimento ao recurso. Logo depois da posse e



constituição da Diretoria, Gilson foi novamente processado por José Rocha, por ter nomeado diretores que não possuíam curso universitário e também nesse processo o Poder Judiciário deu ganho de causa para o prefeito. Em todas as questões, o Judiciário não se deixou envolver por argumentações e deu a resposta que o povo esperava.

Orçamento de 1986

A exemplo do ano passado, a Prefeitura de Diadema já iniciou a discussão do orçamento de 1986 com a população. As reuniões estão sendo realizadas em escolas municipais de educação infantil. Ocorrem também

encontros nos bairros, totalizando 18 grandes reuniões.

Nesses encontros, são eleitos dois titulares e dois suplentes para participarem de reuniões com técnicos do Departamento de Finanças e repassarem as discussões para os moradores dos bairros. Como em 1984, nas discussões, o orçamento municipal foi dividido em três etapas: receita, despesa e prioridades. Trata-se de uma metodologia bastante simples, mas que proporcionou um jogo aberto com a população, à medida que mostra claramente as limitações da administração, face à legislação autoritária e centralizadora que continua regendo os municípios brasileiros.

Uso do solo a favelados

O prefeito Gilson Menezes discutiu dia 25 de maio, no anfiteatro do Paço Municipal, com os moradores das favelas de Diadema, o projeto de lei que prevê a concessão do direito real de uso do solo por 90 anos a favelados instalados em áreas municipais. A proposta do direito real de uso surgiu no ano passado no 2º Congresso Municipal de Favelados, quando os moradores não optaram pela compra dos terrenos por não disporem de condições econômicas para tanto.

Com a aprovação do direito real de uso do solo os moradores poderão construir suas casas em alvenaria, usando inclusive os tijolos de solo-cimento feitos através de prensas manuais que poderão ser cedidas pela Prefeitura.

Pesquisa sobre sindicalismo

A Secretaria do Interior, em colaboração com a Secretaria Sindical, está iniciando o levantamento de informações sobre os sindicatos existentes no interior do Estado, com o objetivo de melhorar a intervenção do Partido no movimento sindical interiorano. As coordenações sub-regionais estão recebendo formulários com dados já obtidos pela Secretaria do Interior, devendo enviá-los aos Diretórios, para que estes preencham as lacunas existentes com dados a serem coletados junto aos Sindicatos locais. O prazo para que as coordenações devolvam os formulários preenchidos à Secretaria do Interior é 31 de julho. Mais informações através do telefone (0194) 33-4287.

• **Piracicaba** — O Diretório realiza um Encontro com filiados, militantes e simpatizantes no dia 9 de junho para avançar na elaboração de seu plano de trabalho. O documento-base, intitulado "Análise da conjuntura sócio-econômica e política de Piracicaba", projeta as atividades econômicas e a constituição das classes sociais, os organismos patronais e outros instrumentos de dominação, administração pública e Câmara Municipal, organização dos trabalhadores, atuação das Igrejas, partidos políticos e seus projetos, origem e visão dos trabalhadores sobre o PT.

• **Araçatuba** — O grupo de trabalho de Política Agrária, a coordenação sub-regional da alta Noroeste e a Secretaria do Interior promove dia 23 de junho, no Intec, o 2º Encontro de Política Agrária. Os Diretórios da sub-região se empenharam para conseguir ser o mais representativo possível, a do 1º Encontro de Política Agrária, realizado em São Joaquim.

• **Registro** — Debate sobre Constituinte, dia 28 de junho, à noite, com a participação de Hélio Bicudo e Paulo Diniz, a convite da Secretaria do Interior e Diretório local. O debate terá a participação também do deputado peemedebista Rubens Lara. Os filiados e simpatizantes da região foram convidados pessoalmente, num esforço de se construir o Partido no Vale do Ribeira.

• **Itu** — Após um período de crise, o Diretório local, pertencente à sub-região de Sorocaba, volta a rearticular-se. Dia 25 de maio a Secretaria do Interior reúne-se com os companheiros ituanos, resultando na marcação da eleição da Comissão Provisória ampliada para o dia 10 de junho. Também decidiu-se que a eleição deverá ser precedida de um amplo trabalho de convocação, com vistas à ampliação da base social do Partido.

• **São Sebastião** — Enquanto os outros partidos se degladiam internamente para lançar candidatos, o PT já discute com a população a sua plataforma política. Com o apoio da Comissão de Políticas Públicas, o Diretório tem realizado reuniões periódicas nos bairros, buscando redigir o seu programa de governo junto com os trabalhadores. Independentemente de candidaturas, o PT demonstra uma vez mais seu compromisso em colocar os trabalhadores na cena política. Nesta mesma linha, o partido se prepara para disputar as eleições em Castilho, Cubatão e Paulínea.

• **Jundiaí** — Por ocasião do aumento de tarifas dos transportes públicos, o prefeito da cidade quis dar o nó no povo, mas o PT não deixou. Através de sua Comissão de Transportes, o diretório local denunciou erros na planilha que eleva a tarifa para Cr\$ 750, quando o correto seria Cr\$ 682. Indignado, o prefeito ameaçou processar o vereador petista Erazê Martinho, mas recuou diante da repercussão que a denúncia da fraude teve na cidade. Em contrapartida, o PT desafiou-o para um debate público, onde pretende apresentar um projeto para a criação de uma empresa municipal de transportes, que permitirá uma redução ainda maior da tarifa.

AGENDA

Esta seção é destinada a informações sucintas e rápidas dos eventos que estão por acontecer ao nível dos Diretórios Distritais e Municipais, e dos movimentos popular e sindical no Estado de São Paulo. Para que seu evento saia na Agenda basta enviar todo mês, até o dia 20, uma nota onde conste Data, Local e Horário, além de dados sobre o encontro ou atividades que julgue importantes. A comunicação deve ser feita à Comissão de Imprensa do PT que funciona na sede regional (Rua Santo Amaro 582, Bela Vista 01315 São Paulo, SP. Fones: 37-7521 e 37-7522).

Dia 10 - Abertura do curso "Economia no Capitalismo e no Socialismo", com a discussão do tema "Diagnóstico - A situação atual". O curso prosseguirá no dia 17, com a "Estratégia de Desenvolvimento" e dia 24, com "Instrumentos de Desenvolvimento" (exposição de Ladislau Dowbor). Local: Auditório Teotônio Vilela, Câmara Municipal de São Paulo, 6º andar, sempre às 19:30. Informações e inscrições: Diretório Regional, com a companheira Gil, pelos telefones, 37-7521 ou 37-7522.

Dia 15 - Início (termina no dia seguinte) do II Congresso Estadual dos Mutuários do Estado de São Paulo, no Lar São Joaquim, em Valinhos. Informações: Associação de Mutuários de São Bernardo do Campo, fone (011) 414-5183.

Dia 16 - Encontros distritais para discutir e deliberar sobre os temas: "plataforma municipal para São Paulo, tática eleitoral, candidato a prefeito e Conselho Político da Capital". Local: todos os diretórios do PT da cidade de São Paulo. Informações: sede dos diretórios ou no Diretório Regional (37-7521 ou 37-7522).

Dia 21 - Ato festivo para repudiar o boicote norte-americano à Nicarágua, com grupos de teatro etc. Das 14h30 às 18h, no Teatro Municipal de São Paulo.

Dia 22 - Reunião do Diretório Regional, às 15 horas, para deliberar posição do partido sobre Autonomia de Santo Amaro. Local: sede regional, na rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo.

Dia 22 - Início do Encontro Estudantil Estadual do PT, que prosseguirá no dia seguinte. O objetivo é de discutir a política do PT para o setor e escolher os delegados paulistas ao Encontro Estudantil Nacional, previsto para os dias 6 e 7 de julho. O Encontro Estadual será realizado em São Paulo em local a ser definido. Informações: na sede regional, pelos telefones: 37-7521 ou 37-7522.

Dia 23 - Seminário de Política Agrária, em Araçatuba, a partir das 8h30, destinado aos petistas da Região da Alta Noroeste. Mais informações com Pires, da Secretaria do Interior do PT, fone: (0194) 33-4287.

Dia 28 - Abertura, às 19h, do Encontro da Capital, na Ass. Legisl. reunindo os delegados eleitos no dia 16 pelos encontros distritais de São Paulo. O Encontro, que deverá prosseguir nos dias 29 e 30, (na escola Santa Rita de Cássia, r. Baltazar Lisboa, 87, V. Mariana), aprovará a plataforma política do partido para São Paulo, escolherá nossos candidatos a prefeito e vice-prefeito, e ainda a direção do Conselho Político da Capital.

Cordeiro reassumiu mandato de vereador

O vereador do PT de Carapicuíba, Antônio Carlos Cordeiro, cassado em dezembro de 1984, retorna ao seu mandato quatro meses depois, devido a pressão da mobilização popular e do trabalho dos advogados petistas, Luís Eduardo Greenhalg e Sérgio Renault. Durante esse período, inúmeras manifestações populares foram realizadas naquela cidade, em praça pública ou nas dependências da Câmara Municipal. Enquanto isso, num levantamento perfeito das contradições e irregularidades contidas no processo que originou a cassação, os advogados apontavam nada menos que 18 falhas, das quais 13 foram aceitas pelo juiz da 2ª vara de Carapicuíba, que concedeu a reintegração de posse a Cordeiro.

"A tentativa do prefeito e seus seguidores de fazer calar o Partido e intimidar a sua prática nos movimentos através dessa cassação, foi o mesmo que assinar um atestado de burrice", afirmou Cordeiro. "Foram quatro meses onde a opinião pública de Carapicuíba e de todo o Estado e mais algumas regiões do País posicionou-se contra esse ato arbitrário, prestando, inclusive, solidariedade ao PT de Carapicuíba".

POLÍTICA

PT propõe ao Congresso convocação da Constituinte

Na segunda semana do mês de junho, a bancada do PT na Câmara Federal vai encaminhar uma proposta de emenda à Constituição, convocando para o dia 1º de março de 1986 as eleições de uma Assembleia Nacional Constituinte para o Brasil, livre, democrática e soberana. O projeto do PT, que pode ser apresentado separadamente ou em conjunto com outras propostas sobre o mesmo tema, prevê o início dos trabalhos da Constituinte para o dia 21 de abril de 1986, deixando para ela própria a decisão sobre o seu encerramento. Uma das diferenças fundamentais do projeto petista com o governo, que também deverá ser encaminhado ao Congresso este mês, é assegurar um processo independente para a Constituinte em relação ao Congresso Nacional.

Preocupado em criar as condições para a ampla participação popular, o PT propõe em sua emenda a revogação

das leis de exceção, como a Lei de Imprensa, Lei de Greve e de Segurança Nacional; garante direitos iguais de acesso ao rádio e à televisão para todos os partidos políticos; restringe o uso do poder econômico, proibindo propaganda política paga; e, por fim determina eleições de Comissões Consultivas Municipais para discutir e enviar contribuições do povo para a Assembleia Constituinte.

É importante que todo o partido se engaje na divulgação deste projeto, especialmente as bancadas de vereadores e deputados estaduais, que devem procurar aprovar moções de apoio à emenda petista. Aos vereadores, em particular, cabe discutir e divulgar ao máximo a proposta de eleição de Comissões Municipais Consultivas para a Constituinte.

Abaixo, a íntegra do texto da emenda:



Constituinte: luta desde 1979.

ENTREVISTA

O passo tímido das reformas políticas

Nesta entrevista, o deputado Djalma Bom, líder da bancada do PT na Câmara Federal, faz um balanço das reformas políticas aprovadas pelo Congresso

Qual o seu balanço sobre as reformas políticas aprovadas no Congresso? Houve realmente algum avanço democrático?

A emenda constitucional aprovada pelo Congresso instituiu algumas liberdades democráticas na legislação eleitoral. É o caso do direito à organização de partidos políticos, do voto do analfabeto, da eleição dos prefeitos das capitais, estâncias hidromineiras e municípios considerados de segurança nacional. Foi estabelecida também a eleição de deputados e senadores para o Distrito Federal.

Esta emenda derrubou algumas leis ditatoriais impostas pelo regime militar. Mas foi uma reforma bastante acanhada, pois manteve vários casuismos úteis ao Governo. O maior deles foi adiar as diretas para presidente da República, contrariando o desejo do povo e o próprio compromisso assumido pela Aliança Democrática em seu programa.

Vamos apontar outros "entulhos" mantidos na legislação eleitoral. Eles servem para mostrar até onde vai a "democracia" deste Governo. 1) A representação na Câmara dos Deputados não equivale à população nem ao número de eleitores nos Estados. Com isso, preservam o enorme espaço político das oligarquias das regiões mais oprimidas pela classe dominante e diminuem o valor dos votos das regiões mais industrializadas, principalmente São Paulo. 2) Continuam sem direito de votar os soldados e cabos. Quanto aos analfabetos, votam mas não podem ser votados. 3) A liberdade partidária ficou restrita aos partidos que conseguirem um mínimo de 3% dos votos distribuídos em pelo menos cinco Estados nas eleições para o Congresso Nacional. 4) Na representação política do DF ficou faltando o direito de eleger o governador, vereadores e deputados estaduais.

Possuindo uma bancada pequena, o PT conseguiu desempenhar papel de peso na Comissão Interpartidária?

O PT foi o único partido que apresentou, na instalação da Comissão Interpartidária,

uma proposta global de remoção do chamado "entulho autoritário". Não se restringiu à legislação eleitoral e partidária.

Apresentando propostas em todos os pontos, contribuímos para a aprovação de alguns aspectos progressistas, além de registrar nossas posições contrárias quando derrotadas.

A representação do PT assumiu pra valer o trabalho da Comissão, participando sem faltas de todos os trabalhos — coisa difícil de ocorrer no Congresso.

Em breve irá à votação a Lei Orgânica dos Partidos. Pediremos em Plenário destaque naqueles pontos que consideramos essenciais e que não foram aprovados na Comissão Interpartidária.

A Aliança Democrática e o Congresso Nacional têm contribuído para aumentar a importância do Parlamento?

As forças políticas que apoiam o Governo no Congresso estão hoje mais preocupadas em conter do que avançar o processo de democratização do País. Prova disso é o caráter limitado das reformas aprovadas. As reivindicações dos trabalhadores, a força do movimento popular é que vem impulsionando as mudanças políticas. O alcance das mudanças, porém, é restringido quando chega ao Congresso. Ali esbarram numa maioria comprometida com os interesses da classe dominante.

Entretanto, acredito que o Parlamento ocupará um espaço político crescente. A sociedade hoje está mais politizada, mais participativa e exige mais. Isso vai se refletir na ação dos partidos. A atividade legislativa deve se ampliar. O Congresso recuperou o direito de fiscalização parcial dos atos do Executivo.

Todos sabemos que a luta pelos direitos sociais, econômicos e políticos dos trabalhadores não se restringe à ação dos sindicatos, nas fábricas, nos bairros e no campo. Mas é importante para o PT uma maior participação no Parlamento. Nele podemos influir em decisões que interessam à classe trabalhadora.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º São convocadas para 1º de março de 1986, eleições em todo o País, para a composição de uma Assembleia Nacional Constituinte, unicameral, encarregada de elaborar e votar a nova Constituição do Brasil.

Art. 2º Para as eleições que cuida esta Lei, poderão alistar-se como eleitores os cidadãos brasileiros com 18 anos completos.

Art. 3º O número de representantes da Assembleia Nacional Constituinte será calculado proporcionalmente ao número de eleitores por Estado, mantendo-se, entretanto, como patamar mínimo, o atual número de representantes por Estado.

Art. 4º Os partidos políticos que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para escolha de candidatos, estarão habilitados a participar nas eleições da Assembleia Nacional Constituinte.

bléia Nacional Constituinte.

Art. 5º A propaganda eleitoral no rádio e na televisão, far-se-á em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os partidos.

Parágrafo único. É proibida qualquer propaganda paga em rádio, televisão, jornais e revistas.

Art. 6º Serão computados para cada partido, proporcionalmente, os votos de legenda a nível nacional para a representação na Assembleia Nacional Constituinte.

Parágrafo único. Serão considerados eleitos os candidatos cuja votação proporcional mais se aproxime do coeficiente eleitoral.

Art. 7º A Assembleia Nacional Constituinte será instalada pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Capital da República, no dia 21 de abril de 1986.

§ 1º A Assembleia Nacional Constituinte elegerá, entre seus membros, a Mesa Diretora.

§ 2º A Assembleia Nacional Constituinte deliberará sobre o prazo de seu funcionamento e

data da promulgação da nova Constituição.

Art. 8º Realizar-se-ão eleições em 15 de novembro de 1985, em todos os municípios brasileiros, para a composição de Comissões Consultivas Municipais encarregadas de formular em noventa dias sugestões para a elaboração da nova Constituição.

§ 1º Essas proposições serão enviadas diretamente à Mesa Diretora da Assembleia Nacional Constituinte.

§ 2º A regulamentação das eleições de que trata este artigo será feita por Lei Complementar.

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções complementares à realização das eleições previstas nesta Lei.

Art. 10. Revogam-se os arts. 87, 88, 89, 155, 156, 157, 158 e 159 da Constituição Federal, bem como, Lei de Segurança Nacional (7.170), Lei de Greve (4.330), Lei de Imprensa (5.250), Decreto-Lei 1632.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor este ato a partir de sua publicação.

seguinte endereço: Centro Acadêmico XI de Agosto — Rua Riachuelo, 194 — São Paulo — CEP 01007 — Fone: (011) 239-0652. As cópias assinadas deverão ser remetidas ao mesmo endereço.

Constituinte e história

Com o objetivo de motivar e aguçar a consciência histórica da população, assim como fornecer elementos para uma maior discussão sobre um dos temas mais importantes do País na atualidade, foi inaugurada, no último dia 31 de maio, na Praça do Patriarca, em São Paulo, a exposição **Constituinte e Constituições Brasileiras**. A mostra, organizada pela Divisão de Iconografia e Museu do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, procura reconstituir, desde 1823 até

a campanha pró-Constituinte dos dias de hoje, a história do País nos momentos de ruptura político-institucional que antecedem as Assembleias Constituintes, sua convocação e as implicações daí decorrentes.

São 28 painéis plastificados, de 2,10m x 0,90m cada, encaixados em base de concreto, com 50 imagens, que, após a Praça do Patriarca, serão expostos em outros pontos de grande afluência de público, da cidade, procurando repetir o sucesso da exposição sobre

as eleições no Brasil, que, no ano passado, foi vista por mais de um milhão de paulistanos.

A pesquisa histórica da mostra se baseou em material existente em jornais e revistas de época e outros documentos históricos. O levantamento iconográfico foi realizado em arquivos. A coordenação de pesquisas, edição de texto e imagem, bem como a supervisão geral da exposição, ficaram a cargo do historiador José Antônio Sagatto e do jornalista Vladimir Sacchetta.

Canavieiros assinam "acordo" forçado

CAMPO

Sábado à noite, 25 de Maio de 1985, os Trabalhadores Rurais do setor da cana do Estado de São Paulo, representados pela FETAESP, e as entidades patronais representadas pela FAESP (fornecedores) e pelos usineiros, chegaram a um "acordo".

Não havia dúvida que a assinatura do "acordo" era forçada. Estavam em greve os trabalhadores rurais de 26 municípios da Região de Ribeirão Preto e Araraquara — alguns da área da laranja, inclusive — representando perto de 100 mil bóias-frias. A repressão policial na véspera havia sido particularmente violenta: a Polícia Militar do Governo Montoro desencadeou a "Operação Garantia de Trabalho", impedindo os piquetes, mesmo que pacíficos. Várias usinas haviam conseguido recomendar a moagem utilizando de colhedoras mecânicas e "mineiros" (trabalhadores recrutados em outros estados e alojados em barracões das usinas em regime de semi-escravatura, vigiados por verdadeiras milícias privadas).

Pior ainda: os patrões, através de intimações várias, já haviam conseguido firmar acordos em separado com cerca de 10 sindicatos rurais "pouco combativos" de regiões marginais à área da cana, por valores inferiores ao que estavam oferecendo na mesa de negociações.

Esses fatos amplamente divulgados pela grande imprensa (que, ao contrário do ano passado, colocou-se facciosamente ao lado dos patrões), aliados a uma pressão pessoal do Ministro do Trabalho sobre os dirigentes mais combativos, representados pela FETAESP, quebraram a resistência dos trabalhadores, levando-os a aceitar o acordo praticamente nos mesmos termos que havia sido recusado uma semana antes, quando se iniciaram as greves.



Maristela Maffei



Polícia reprimiu violentamente canavieiros

com sete ruas, que reduzia a produtividade do cortador em até 40%.

O segundo acordo, conhecido como de Ribeirão Preto (de Janeiro/85) pôs fim ao movimento grevista desencadeado também em Guariba no primeiro dia útil do ano e que logo se alastrou por toda zona canavieira do Estado.

Os acordos anteriores

O primeiro acordo (Maio/84), conhecido de todos como "Acordo de Guariba", havia sido importante não tanto pelas conquistas conseguidas, mas para mostrar que "era possível". Quer dizer, os bóias-frias do Estado de São Paulo e de outras regiões do país, que puderam acompanhar o movimento pela ampla cobertura dada pelos grandes jornais e televisão, descobriram na greve uma forma de luta possível para fortalecer sua organização e seus sindicatos.

De fundamental o acordo de Guariba conseguiu o retorno às cinco ruas, eliminando o novo sistema de corte

O Acordo da "Nova República"

Das 29 reivindicações apresentadas pelos trabalhadores rurais na pauta das negociações, o acordo agora assinado incorporou apenas 13, a maioria das quais se referem a conquistas já sacramentadas pela Legislação Trabalhista e pelos acordos anteriores. A reivindicação da trimestralidade foi apenas parcialmente atendida com uma antecipação de 50% do INPC em agosto, mas válida apenas para as usinas e não para os fornecedores (representados pela FAESP). Reivindicações importantes foram negadas: os patrões não admitiram discutir formas para reduzir o desemprego na entre-safra (como por exemplo, proibição do uso de herbicidas e colhedoras), nem a questão da validade do contrato de trabalho por um ano e não apenas nos seis meses de safra. Tão pouco cederam às propostas que visavam a fortalecer o poder da fiscalização dos sindicatos, estabilidade para a comissão de negociação, eliminação do "gato" etc. E a reivindicação fundamental deste ano também foi negada: fornecedores e usineiros recusaram-se a discutir o pagamento da cana em metros, ao invés de toneladas como se faz atualmente. Esse sistema permite aos "gatos" a manipularem o peso e enganarem os trabalhadores na hora do pagamento, permite também que os patrões paguem apenas a cana que é entregue na usina e não a cana que é efetivamente cortada.

Mas também há avanços significativos no novo acordo. No plano econômico, houve um aumento de 7% acima do INPC, o que poucos setores vêm conseguindo. É verdade que é um reajuste com base no INPC, que apenas repõe o poder aquisitivo perdido pela inflação. Aplicar esse critério de correção sobre um salário base que era uma miséria (que havia sido conseguido no Acordo de Guariba), continua dando um salário de miséria.

Nesse sentido, a luta no plano econômico deve continuar em duas frentes. Primeira, conseguir a trimestralidade, já que a antecipação de agosto é de apenas de metade do INPC e não vale para os fornecedores mas apenas para as usinas. Segundo, em relação à diária mínima de Cr\$ 18.000, também válida só para as usinas (os fornecedores pagam apenas Cr\$ 16.825): aqui tem-se que conseguir não só unificação (Cr\$ 18.000 para todos), como também a trimestralidade, visando assegurar uma diária reajustada para o período da entre-safra (dezembro a maio de 1986).

Outras conquistas importantes foram conseguidas: comprovante diário de produção e pagamento durante a jornada de trabalho; estabilidade para gestante e para trabalhador acidentado de 60 dias após seu retorno ao serviço; pagamento de salário normal até 30 dias por motivo de doença; obrigatoriedade de fornecimento gratuito de equipamentos, ferramentas, meios de proteção individual, sanitários removíveis, água potável e abrigo contra chuva; contrato direto entre empregado e patrão (quando houver empreiteira de mão-de-obra, o patrão é solidário pelo cumprimento do acordo, o que juridicamente significa que ele é o responsável); e finalmente, algo muito importante que vem corrigir um dos erros fundamentais do Acordo de Guariba: multa de 10% do valor do salário referência, por infração e por empregado; no caso de não cumprimento de acordo.

É cedo ainda para um balanço do "ACORDO DA NOVA REPÚBLICA". Não há dúvida que não é o acordo que os trabalhadores queriam; também não há dúvidas que foi o acordo possível de ser conseguido na correlação de forças atualmente existente na nossa sociedade, que se manifestava francamente hostil à continuação da greve, única arma de pressão que tinham os trabalhadores rurais. O acordo ou a guerra foi o ultimato dado pelos usineiros, fornecedores e pelo Ministro do Trabalho aos nossos sindicalistas que participavam das negociações, para forçá-los a assinar o acordo.

Resta saber se o movimento sindical de trabalhadores rurais do Estado de São Paulo conseguirá se estruturar, para, de um lado, fazer cumprir o acordo assinado, e de outro, retomar a luta para conquistar a trimestralidade, a unificação da diária e a estabilidade de emprego na entre-safra. O pagamento da cana cortada por metro, que foi o ponto de honra do movimento este ano, do mesmo modo que o retorno ao sistema das cinco ruas no ano passado, também não podem ser esquecidos. A avaliação das assembleias de trabalhadores rurais que ratificaram o acordo assinado indicam ser esse o ponto de insatisfação fundamental. Os cortadores de cana voltaram ao trabalho premidos pela fome e pela "repressão democrática". É verdade que cacete não é santo mas faz milagres... Mas também é verdade que a luta continua... e a safra está apenas no começo.

José Graziano da Silva

DENÚNCIA

Polícia leva grana de usineiros

A Polícia Militar da Região de Ribeirão Preto recebeu dinheiro dos usineiros para reprimir a greve dos trabalhadores rurais de Guariba, Sertãozinho, Jaboticabal, Barrinha, Brodosqui, Altinópolis, São Joaquim da Barra e Ituverava em janeiro desse ano. Este foi o teor da denúncia feita no dia seis de maio no plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo pelo Deputado e ex-prefeito de Sertãozinho, Waldyr Trigo, do PMDB, e que teve o apoio da bancada petista, através de pronunciamento do líder do PT, Geraldo Siqueira.

A trama está documentada numa carta que o Comandante da PM do CPAI-3 (Comando de Policiamento da Área do Interior 3), Cel. Biratan Godoy, enviou à Imagem-Relações Públicas e Publicidade S/C Ltda., cobrando um total de Cr\$ 21.385.200 pelos serviços prestados, sendo discriminados Cr\$ 7.323.000 para combustível, Cr\$ 10.062.200 de diárias de diligência e rancho Cr\$ 4.000.000. A Imagem é uma agência que divulga e cuida dos interesses dos usineiros da região.

Na carta, o cel. Biratan

acrescenta: "Durante os dias 8 a 14 de janeiro do corrente ano foram empregados nas ações levadas a efeito 2129 Policiais Militares".

Dias depois diante do fato comprovado e confirmado pelo próprio cel. Biratan, ele foi transferido para o cargo de adido do Comando de Policiamento do Interior (CPI), em São Paulo, onde deverá responder a um Inquérito Policial-Militar (IPM). Mas, aqui, vale uma pergunta: quem punirá os usineiros, envolvidos nesta autêntica operação de suborno?